



A banalidade da morte seletiva: teologia política evangélica, apoio a Israel e hierarquização do luto

The banality of selective death: evangelical political theology, support for Israel, and the hierarchy of mourning

Fabiano Pires Silva¹

Resumo: O artigo investiga a assimetria moral presente em segmentos do evangelicalismo brasileiro diante das mortes no conflito Israel-Palestina. A partir de materiais públicos relacionados à palestra do Major Rafael Rozenszajn, apresentado como “porta-voz do Exército Israelense” em atividade do grupo Homens Invencíveis em espaço associado à Igreja Renascer em Cristo, analisa-se como discurso religioso, autoridade militar e apoio evangélico a Israel podem produzir enquadramentos seletivos do conflito. A metodologia articula análise crítica do discurso, hermenêutica bíblica crítica e revisão bibliográfica interdisciplinar. O texto mobiliza Geertz e Eliade para pensar a morte como fenômeno simbólico-religioso, e Butler, Mbembe, Said, Arendt e Milgram para discutir luto, necropolítica, orientalismo, obediência e suspensão do julgamento moral, recorrendo ainda à ética de Jesus e à tradição cristã palestina como contraponto teológico. Conclui-se que a morte seletiva não se sustenta apenas em preferências geopolíticas, mas em enquadramentos religiosos que distribuem desigualmente comoção, luto e dignidade moral.

Palavras-chave: Morte e religião; Evangelicalismo brasileiro; Sionismo cristão; Necropolítica; Teologia do Reino de Deus.

Abstract: This article investigates the moral asymmetry present in segments of Brazilian evangelicalism regarding deaths in the Israel-Palestine conflict. Drawing on public materials related to a lecture by Major Rafael Rozenszajn, presented as a “spokesman for the Israeli Army” in an activity of the Homens Invencíveis group held in a space associated with Igreja Renascer em Cristo, it analyzes how religious discourse, military authority, and evangelical support for Israel may produce selective framings of the conflict. The methodology combines critical discourse analysis, critical biblical hermeneutics, and interdisciplinary literature review. The article mobilizes Geertz and Eliade to understand death as a symbolic-religious phenomenon, and Butler, Mbembe, Said, Arendt, and Milgram to discuss mourning, necropolitics, orientalism, obedience, and the suspension of moral judgment, while also turning to the ethics of Jesus and Palestinian Christian tradition as a theological counterpoint. It concludes that selective death is not sustained merely by geopolitical preferences, but by religious framings that unequally distribute compassion, mourning, and moral dignity.

Keywords: Death and religion; Brazilian evangelicalism; Christian Zionism; Necropolitics; Theology of the Kingdom of God.

¹ Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP. Licenciado em História, Ciências Sociais e Geografia. Bacharel em Teologia. E-mail: fabianopires.professor@gmail.com; <https://lattes.cnpq.br/9704190083654411>.



Introdução

Em 7 de outubro de 2023, o ataque perpetrado pelo Hamas contra comunidades israelenses produziu comoção internacional e mobilizou manifestações religiosas de solidariedade a Israel, inclusive no Brasil. Em determinados ambientes evangélicos, atravessados por leituras sionistas cristãs e imaginários de guerra espiritual, o episódio foi interpretado como agressão ao povo eleito, expressão do terrorismo e sinal de uma guerra espiritual que ultrapassaria as fronteiras geopolíticas do Oriente Médio.

Nos meses posteriores, porém, a ofensiva militar israelense em Gaza produziu um volume expressivo de mortes palestinas, deslocamento forçado, destruição de infraestrutura civil e agravamento da crise humanitária. Dados do Ministério da Saúde de Gaza reportados pela OCHA² indicam que o número de mortos palestinos ultrapassou a marca de 50.000, com presença numerosa de mulheres e crianças entre as vítimas identificadas. Diante desse cenário, torna-se ainda mais evidente o problema moral colocado pelo presente artigo: a assimetria entre o luto religioso diante da morte israelense e o silêncio, a relativização ou a justificativa diante da morte palestina.

A motivação deste artigo nasce também de uma inquietação pessoal, surgida logo após o ataque do Hamas contra Israel, em 7 de outubro de 2023, e a subsequente resposta militar israelense na Faixa de Gaza. Em conversa com um pastor amigo, manifestei indignação diante do atentado terrorista do Hamas e, ao mesmo tempo, preocupação com o que me parecia ser uma resposta militar desproporcional em relação à população palestina civil.

O que me intrigou foi a reação do interlocutor: embora sensível à dor israelense, ele recorreu a argumentos como o direito de Israel à autodefesa, a inevitabilidade dos *danos colaterais* e a responsabilização da população de Gaza por, segundo sua leitura, ter aceitado estar submetida ao governo do Hamas. Posteriormente, percebi que esse tipo de resposta se repetia em publicações, comentários e posicionamentos de outros cristãos evangélicos nas redes sociais, produzindo em mim uma inquietação ética, filosófica e teológica diante de uma assimetria: a morte israelense parecia ser reconhecida imediatamente como tragédia, enquanto a morte palestina tendia a atravessar justificativas, ressalvas e enquadramentos prévios antes de ser lamentada.

² A opção por atribuir os números ao Ministério da Saúde de Gaza, conforme reportado pela OCHA, decorre de cautela metodológica: o próprio organismo humanitário das Nações Unidas informa que dados ainda não verificados por seus mecanismos devem ser atribuídos às fontes originais. Ver OCHA (2026).



Essa assimetria moral constitui o problema central desta investigação. A questão que se impõe não é, primeiramente, de natureza geopolítica, mas religiosa, ético-filosófica e teológica: que mecanismos teológicos, políticos e psicossociais operam para que cristãos, cuja tradição fundante anuncia o amor ao próximo e ao inimigo, considerem uma morte mais lamentável, mais visível ou mais digna de solidariedade do que outra? Por que o luto se torna seletivo? E quais autoridades, discursos e enquadramentos religiosos participam da produção dessa seleção?

Essas perguntas são amplas e poderiam ser exploradas por diferentes caminhos teóricos e metodológicos. O presente artigo não pretende esgotá-las nem oferecer uma interpretação totalizante do conflito entre Israel e Palestina ou do evangelicalismo brasileiro. Seu objetivo é mais delimitado e consiste em iniciar uma investigação crítica e interdisciplinar sobre enquadramentos religiosos que distribuem desigualmente luto, comoção e dignidade moral entre as vítimas, abrindo diálogo entre teologia, ciências da religião, filosofia da religião, filosofia moral, psicologia social e análise crítica do discurso.

O estudo parte de materiais públicos relacionados à palestra com o Major Rafael Rozenszajn, divulgada pelo perfil Homens Invencíveis e realizada no Renascer Hall, em São Paulo, espaço associado à Igreja Renascer em Cristo. O vídeo de chamada da palestra apresenta Rozenszajn como “porta-voz do Exército Israelense” e anuncia que o encontro trataria da situação no Oriente Médio, incluindo a guerra Israel-Irã, no contexto mais amplo das disputas narrativas em torno de Israel (Igreja Renascer em Cristo, 2025). A transcrição da divulgação registra ainda a promessa de oferecer informações para enfrentar “mentiras e narrativas distorcidas” e “desmantelar as mentiras” sobre Israel no Brasil (Igreja Renascer em Cristo, 2025).

A escolha desse caso não pretende afirmar que a Igreja Renascer em Cristo, seus líderes ou seus fiéis defendam explicitamente a morte de civis palestinos. A proposta é mais delimitada: analisar como a presença de uma autoridade militar israelense em um espaço religioso evangélico, mediada por linguagem de fé, missão, propósito e formação masculina, participa da construção de um regime discursivo no qual Israel tende a



aparecer como polo privilegiado de enunciação da verdade, enquanto o sofrimento palestino tende a ser deslocado, relativizado ou invisibilizado.³

Para compreender esse fenômeno, o artigo parte de uma aproximação própria da Ciência da Religião, mobilizando Geertz e Eliade para pensar a morte não apenas como acontecimento biológico ou político, mas como fenômeno simbólico-religioso, interpretado por ritos, narrativas e sistemas de sentido (Geertz, 2015, p. 135; Eliade, 1992, p. 13-15). A partir dessa abertura conceitual, o texto articula quatro eixos teóricos. O primeiro dialoga com Judith Butler sobre vidas passíveis de luto (Butler, 2015, p. 13-53). O segundo mobiliza Hannah Arendt para pensar a suspensão do julgamento moral diante de sistemas de autoridade (Arendt, 2014, p. 150; p. 299). O terceiro recorre à psicologia social da obediência, sobretudo a Milgram, para pensar o deslocamento da responsabilidade moral diante de autoridades reconhecidas. O quarto retorna à ética de Jesus, especialmente ao Bom Samaritano e ao amor ao inimigo, como contraponto interno ao cristianismo diante da morte seletiva.

A metodologia articula análise crítica do discurso, hermenêutica bíblica crítica e revisão bibliográfica interdisciplinar. Na perspectiva de Fairclough, o discurso é prática social: não apenas descreve a realidade, mas participa da constituição de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença (Fairclough, 2001, p. 91-92). Assim, a análise observa quem fala, de onde fala, com qual autoridade, para qual público e com quais categorias de verdade, inimigo, missão e pertencimento, buscando compreender como escolhas discursivas organizam modos religiosos de percepção moral diante da morte.

Como opção metodológica, os registros pessoais mencionados no texto são tratados como elementos de reflexividade metodológica e objetivação do lugar do pesquisador (Bourdieu, 2004, p. 15; p. 154-155), não como corpus empírico autônomo nem como evidência representativa do conjunto do evangelicalismo brasileiro. O corpus analítico propriamente dito é constituído pelos materiais públicos documentados, especialmente as divulgações do evento, articulados à revisão bibliográfica interdisciplinar. Essa explicitação busca preservar a dimensão situada da investigação sem deslocar o artigo para o registro opinativo ou testemunhal.

³ A crítica aqui proposta não se dirige ao judaísmo, ao povo judeu ou ao direito de israelenses à vida, à segurança e à dignidade. O objeto do artigo é a apropriação teológico-política de Israel por setores do evangelicalismo brasileiro e seus efeitos sobre a percepção moral da morte palestina.



A relevância da investigação se intensifica diante da presença pública do evangelicalismo no Brasil. Segundo dados preliminares do Censo Demográfico 2022, os evangélicos passaram de 21,6% da população em 2010 para 26,9% em 2022, cerca de 47,4 milhões de pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025, s.p.). Trata-se de campo religioso expressivo, cujas narrativas sobre conflitos internacionais podem ultrapassar a esfera devocional e formar sensibilidades públicas e morais.

O artigo contribui para a Ciência da Religião ao examinar uma articulação contemporânea entre religião e morte: não apenas a morte ritualizada, escatologicamente interpretada ou integrada a sistemas religiosos de sentido, mas também a morte politicamente enquadrada e teologicamente justificada. Contribui para a reflexão filosófica investigando como discursos religiosos constroem critérios desiguais de reconhecimento, luto e dignidade.

1. A hierarquia do luto: quando algumas mortes importam mais

Sociedades e comunidades religiosas frequentemente operam, de modo explícito ou implícito, com critérios de reconhecimento das vidas que merecem ser choradas. O luto coletivo não é apenas uma resposta espontânea à perda; ele pressupõe que determinada vida tenha sido previamente reconhecida como vida humana plena, identificável e digna de comoção. A morte, nesse sentido, não é apenas um acontecimento biológico, mas um fato culturalmente interpretado, simbolicamente distribuído e politicamente enquadrado.

Considerada em sua dimensão simbólica, a morte não se reduz ao acontecimento biológico da perda, pois também pode ser interpretada por narrativas, ritos e sistemas de sentido que orientam modos coletivos de sofrer, lembrar e reconhecer os mortos. Em diálogo com Geertz (2015, p. 135), a religião pode ser compreendida como sistema simbólico capaz de produzir disposições e motivações duradouras ao formular uma ordem de existência geral. Nesse horizonte, a morte seletiva pode ser lida não apenas como desigualdade de comoção, mas como assimetria na inscrição simbólica da perda: algumas mortes são incorporadas ao repertório público da memória e da compaixão, enquanto outras permanecem submetidas a filtros prévios de suspeição, justificativa ou apagamento.



Essa dimensão ritual e simbólica da morte pode ser aprofundada com Eliade (1992, p. 13-15), para quem o sagrado e o profano constituem modos distintos de ser no mundo. O sagrado se manifesta como realidade qualitativamente diferente, capaz de orientar a existência, instaurar sentido e fundar um cosmos simbólico; o profano, por sua vez, remete à experiência dessacralizada, menos integrada a esse regime de orientação e significação. Aplicada ao problema da morte seletiva, essa distinção permite perceber que, nesses ambientes, a morte israelense tende a ser incorporada a uma gramática religiosa de oração, memória e simbolização profética, enquanto a morte palestina permanece frequentemente fora do circuito ritual e narrativo que organiza a comoção da comunidade.

Judith Butler oferece uma chave decisiva para pensar esse processo. Em Quadros de guerra, a autora argumenta que a vida só se torna passível de luto quando é previamente enquadrada como vida reconhecível pelos esquemas normativos disponíveis. A comoção pública não nasce apenas da ocorrência da morte, mas das condições sociais, midiáticas, políticas e religiosas que determinam se aquela morte será percebida como perda. Para Butler (2015, p. 40), há populações cuja existência mal é registrada como vida e que, quando perdidas, não chegam a ser lamentadas.

O mecanismo central pelo qual essa hierarquia do luto é produzida é descrito por Butler de forma precisa e perturbadora. Não se trata de uma falha afetiva individual, mas de uma operação estrutural que produz certas populações como sacrificáveis antes mesmo de morrerem, uma vez que são enquadradas não como vidas expostas ao risco, mas como ameaças às vidas dos demais. É esse o ponto de inflexão que torna sua análise cirurgicamente pertinente:

a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”. Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos” (Butler, 2015, p. 53).



Essa passagem ilumina o fenômeno examinado neste artigo. A morte palestina, nos discursos evangélicos alinhados ao sionismo cristão, não é necessariamente negada; ela é, antes, justificada por um enquadramento prévio que a aproxima da ameaça e a afasta da proteção. O problema, portanto, começa antes da morte: começa no modo como uma população é previamente tornada menos chorável.

Uma contribuição decisiva para ampliar essa discussão é o conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe. Se Butler permite compreender como certos enquadramentos definem quais vidas aparecem como passíveis de luto, Mbembe permite nomear a dimensão política e material pela qual determinadas populações são expostas à morte, ao abandono e à precariedade extrema. Para o autor, a soberania não se limita à produção de normas ou à administração da vida; ela se revela, de modo radical, no governo da mortalidade:

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Matar ou deixar viver constituem, portanto, os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder (Mbembe, 2018, p. 5).

A articulação entre Butler e Mbembe é de complementaridade, não de redundância: Butler opera no plano dos enquadramentos simbólicos que condicionam o reconhecimento das vidas; Mbembe, no plano das estruturas políticas que administram diferencialmente a exposição de corpos e populações à destruição. Juntos, os conceitos permitem compreender a morte palestina como efeito de um sistema simbólico e político de produção da descartabilidade.

É nesse ponto que estes conceitos se tornam fecundos para este artigo, pois não se busca afirmar que comunidades religiosas exerçam diretamente o poder estatal de matar, mas analisar como certos discursos religiosos podem traduzir, justificar ou amortecer moralmente regimes políticos nos quais algumas vidas são tornadas sitiáveis, abandonáveis, suspeitas ou descartáveis. Quando a morte palestina é narrada como efeito colateral necessário, consequência inevitável da defesa de Israel ou resultado da presença do inimigo, o discurso religioso não produz materialmente essa morte, mas participa ativamente da construção simbólica de sua aceitabilidade.



No conflito Israel-Palestina, essa assimetria aparece intensamente em determinados espaços evangélicos brasileiros alinhados ao sionismo cristão. A morte israelense é representada como tragédia do povo eleito, agressão contra uma nação sagrada e episódio que demanda oração, solidariedade e defesa pública. A morte palestina, por sua vez, tende a ser menos narrada e menos personalizada, aparecendo ligada às categorias de guerra, terrorismo, ameaça ou legítima defesa israelense.

Essa diferença produz efeitos concretos na vida moral das comunidades. Ao nomearem vítimas israelenses, orarem por Israel, exibirem sua bandeira e guardarem silêncio diante da morte palestina, determinadas comunidades ensinam seus fiéis a sentir de maneira desigual. A hierarquia do luto funciona como pedagogia religiosa da sensibilidade moral: aprende-se quem merece lágrimas, explicações ou estatística.

Esse processo se relaciona com aquilo que Edward Said analisou como orientalismo. Para Said, o orientalismo não é apenas um conjunto de imagens equivocadas sobre o Oriente, mas um sistema de representação atravessado por relações de poder que ele define como “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (Said, 2012, p. 29-30). Nesse sentido, o árabe e o muçulmano passaram a ocupar, em muitos discursos ocidentais, o lugar recorrente da suspeita, da irracionalidade e da ameaça, em uma construção cultural que precede e condiciona as reações morais diante da violência sofrida por essas populações.

Este artigo propõe, como contribuição conceitual operacional da própria pesquisa, a noção de orientalismo teológico⁴: a apropriação religiosa desse imaginário orientalista quando imagens do árabe, do muçulmano e do palestino como ameaça são recobertas por linguagem bíblica, escatológica e geopolítica. Nesse deslocamento, o palestino deixa de aparecer como pessoa concreta e passa a ser percebido como categoria religiosa e política de perigo. A questão não é apenas a existência de uma leitura geopolítica favorável a Israel, mas a produção de uma gramática religiosa na qual o sofrimento palestino se torna menos visível, menos narrável e menos chorável.

Essa formulação dialoga diretamente com a análise de Zimmer e Cardoso Estevão (2021, p. 90; p. 93-95) sobre a construção da identidade judaico-cristã em discursos

⁴ A expressão “*orientalismo teológico*” é utilizada neste artigo como categoria analítica operacional, derivada do diálogo com Said (2012, p. 29-30), para indicar a apropriação religiosa de imaginários orientalistas. Não se trata de afirmar que toda teologia cristã sobre Israel ou Palestina seja orientalista, mas de analisar discursos específicos nos quais o palestino, o árabe e o muçulmano são recobertos por categorias religiosas de ameaça.



pentecostais brasileiros. Ao examinar pronunciamentos de pastores e parlamentares evangélicos, os autores demonstram como a aproximação simbólica entre Brasil e Israel produz um *Nós* coletivo, ao mesmo tempo em que constrói um *Outro* islâmico representado como ameaça religiosa, cultural e política, associado a termos como *terrorista*, *intolerante*, *prepotência* e *governo teocrático*. A noção de orientalismo teológico proposta neste artigo desloca essa discussão para o interior da gramática bíblica e escatológica ao mostrar que categorias religiosas tais como *inimigo de Deus*, *obstáculo ao plano divino* e *ameaça à bênção de Israel*, fundamentam e intensificam a desumanização discursiva do palestino, do árabe e do muçulmano no campo evangélico brasileiro.

A fusão discursiva entre palestino, árabe, muçulmano, Hamas e inimigo de Israel constitui uma operação semântica decisiva. A crítica ao Hamas como organização responsável por ataques contra civis israelenses é legítima e necessária do ponto de vista ético e político. Contudo, quando tal crítica é ampliada de modo indiferenciado sobre todos civis palestinos – incluindo crianças, mulheres, idosos e cristãos – passam a ser absorvidos por uma categoria coletiva de suspeição. A vítima, antes de ser chorada, precisa provar que não era inimiga. É nesse ponto que a hierarquia do luto se consolida como sistema moral, deixando de parecer uma falha ocasional de empatia.

A morte do outro só se torna facilmente justificável quando sua humanidade foi previamente enfraquecida. Esse enfraquecimento pode ocorrer por insultos explícitos, mas também por modos mais sutis e, por isso mesmo, mais eficazes, como o apagamento de nomes, a ausência de rostos, a substituição de pessoas por números, o uso constante da categoria *terrorista* e a interpretação espiritual do outro como obstáculo ao plano divino. A invisibilidade não representa ausência de discurso, mas um tipo particular de discurso que retira o outro do campo da compaixão e o faz, neste caso, com a autoridade do sagrado.

Assim, a hierarquia do luto não deve ser vista como simples falha de informação ou limitação afetiva individual. Ela é resultado de sistemas simbólicos que organizam a percepção moral de comunidades inteiras. Igrejas, lideranças, eventos, publicações e redes sociais religiosas funcionam como aparelhos de enquadramento coletivo que produzem, de forma sistemática e reiterada, os critérios pelos quais se decide quem tem direito ao luto público, à indignação coletiva e à solidariedade dos fiéis. Compreender



como esses aparelhos operam é condição necessária para analisar tanto a persistência da morte seletiva quanto as possibilidades teológicas e éticas de resistência a ela.

2. Teologia da bênção e da maldição: sionismo cristão, Nova Reforma Apostólica e apoio evangélico a Israel

Para compreender por que determinados segmentos evangélicos brasileiros sustentam posições de apoio quase incondicional ao Estado de Israel, é necessário examinar os fundamentos teológicos que alimentam essa postura. Neste artigo, a expressão “teologia da bênção e da maldição” é utilizada como categoria analítica para designar leituras religiosas que transformam Gênesis 12:3 em princípio teológico-político de apoio ao Estado moderno de Israel. Um dos textos mais mobilizados nesse campo é justamente a promessa feita a Abraão: “Abençoarei os que te abençoarem” (Bíblia, Gênesis 12:3). O problema hermenêutico emerge quando a promessa dirigida a Abraão, no interior das narrativas patriarcais, é transferida diretamente para o Estado moderno de Israel, sem mediações histórico-críticas, canônicas ou ético-teológicas, convertendo-se em fundamento para uma defesa automática de políticas estatais contemporâneas.

Essa hermenêutica é uma das bases do sionismo cristão. Machado, Mariz e Carranza definem o sionismo cristão como um movimento impulsionado pela crença de que os judeus teriam, “por graça divina”, o direito de posse e habitação da terra prometida no Antigo Testamento, razão pela qual cristãos deveriam apoiá-los nessa causa (Machado; Mariz; Carranza, 2022, p. 226). No caso brasileiro, as autoras demonstram que esse fenômeno não se formou apenas por influência externa, mas por meio de publicações evangélicas em defesa do Estado de Israel, da teologia dispensacionalista, das peregrinações à Terra Santa, da Teologia do Domínio e da influência da Nova Reforma Apostólica (Machado; Mariz; Carranza, 2022, p. 225-248). A relevância dessa análise está em mostrar que o apoio evangélico brasileiro a Israel não é mero reflexo automático do evangelicalismo norte-americano; ele foi reelaborado localmente por lideranças, denominações, práticas devocionais, discursos públicos e formas específicas de apropriação simbólica da tradição judaica.

Esse argumento dialoga diretamente com o estudo de Calheiros e Andrade (2025, p. 180-181), que reconstrói a passagem histórica do sionismo do judaísmo ao evangelicalismo brasileiro e distingue sionismo político de filossemitismo, entendido



como valorização simbólica e identitária do judaísmo bíblico e de elementos culturais-religiosos judaicos. Os autores observam que, diferentemente do cenário estadunidense, “no Brasil predomina uma relação ritualística e identitária com elementos judaicos” (Calheiros; Andrade, 2025, p. 180). Essa distinção permite compreender que o apoio evangélico a Israel nem sempre nasce como programa geopolítico explícito; muitas vezes ele se forma primeiro como estética, rito, identidade e pedagogia afetiva, para então sustentar posições públicas diante do conflito.

Carpenedo (2021, p. 204-217) também contribui para essa reflexão ao analisar práticas judaizantes e inclinações sionistas em ambientes evangélicos carismáticos brasileiros. Embora haja semelhanças e influências transnacionais, o caso brasileiro apresenta formas próprias de apropriação, nas quais símbolos, rituais e narrativas associados ao judaísmo e a Israel são “glocalizados”, ou seja, reelaborados a partir das particularidades do campo evangélico carismático nacional (Carpenedo, 2021, p. 204-217). Assim, Israel torna-se simultaneamente território bíblico, objeto de turismo religioso, signo escatológico, símbolo de prosperidade e eixo de pertencimento espiritual.

Essa imbricação entre teologia, política e geopolítica ganha visibilidade na análise de Carpenedo sobre o bolsonarismo, o sionismo cristão e as práticas judaizantes do evangelicalismo carismático brasileiro. A autora observa que, desde a eleição de Jair Bolsonaro, setores evangélicos carismáticos passaram a exigir o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel e a mobilizar símbolos sionistas na cena pública brasileira (Carpenedo, 2021, p. 214). Nesse contexto, a frase atribuída a Benjamin Netanyahu, “Israel é a terra prometida, o Brasil é a terra da promessa”, condensa a aproximação simbólica entre promessa bíblica, política externa e identidade religiosa nacional (Carpenedo, 2021, p. 214, tradução nossa)⁵.

Essa declaração não é apenas gesto diplomático ou frase protocolar. Ao aproximar Israel da terra prometida e o Brasil da terra das promessas, ela mobiliza a gramática da eleição, da aliança e do cumprimento profético para legitimar uma relação bilateral. Quando essa aliança é narrada nesses termos, a crítica às políticas israelenses pode ser percebida como ameaça à promessa divina que envolveria o próprio Brasil.

⁵ *Israel is the promised land, Brazil is the land of promise.*



A Nova Reforma Apostólica⁶ amplia esse processo ao articular autoridade espiritual, presença pública e projeto de transformação social. Barbosa Júnior (2017, p. 5) caracteriza a Nova Reforma Apostólica como um movimento carismático com “um bem definido projeto de dominação política”. A expressão deve ser utilizada com cuidado, para não reduzir todas as lideranças e comunidades vinculadas a esse universo a uma única agenda homogênea. Ainda assim, ela indica uma dimensão importante: a NRA não se limita a reorganizar a liturgia das igrejas; ela produz uma compreensão expansiva da autoridade apostólica sobre cultura, política, nação e conflitos internacionais.

C. Peter Wagner, um dos principais formuladores da Nova Reforma Apostólica, apresenta esse movimento como uma ruptura profunda na organização da Igreja contemporânea. Em *Changing Church*, ele afirma que a Nova Reforma Apostólica representa “a mudança mais radical na forma de fazer igreja desde a Reforma Protestante” (Wagner, 2004, p. 10, tradução nossa⁷). Mais adiante, ao tratar da transformação social, sustenta que “é preciso um governo para derrubar um governo” (Wagner, 2004, p. 99, tradução nossa⁸). Essa linguagem é reveladora: ela desloca a autoridade religiosa para além da esfera pastoral e a vincula a uma concepção de governo espiritual, transformação social e intervenção sobre estruturas culturais e políticas.

No caso da Igreja Renascer em Cristo, espaço eclesialístico vinculado ao evento analisado na seção seguinte, essa aproximação ganha relevância analítica porque a própria denominação se apresenta publicamente como Igreja “Apostólica” Renascer em Cristo e situa sua origem, em 1986, na casa do Apóstolo Estevam Hernandes e da Bispa Sonia Hernandes (Igreja Renascer em Cristo, 2026). Desse modo, o Renascer Hall não é tomado aqui como simples cenário circunstancial, mas como espaço eclesialístico no qual se pode observar a circulação entre linguagem associada à Nova Reforma Apostólica, formação identitária evangélica no contexto brasileiro e narrativas favoráveis a Israel.

No interior dessa lógica, o apoio a Israel não é uma opinião entre outras: é apresentado como obrigação espiritual de primeira ordem. Israel passa a ser representado

⁶ A Nova Reforma Apostólica é tratada aqui como campo carismático-apostólico plural, e não como denominação única ou bloco homogêneo. A formulação dialoga com Wagner (2004, p. 10), que popularizou a categoria, e com Barbosa Júnior (2017, p. 5), que analisa seus desdobramentos político-religiosos no Brasil.

⁷ *We are now seeing before our very eyes the most radical change in the way of doing church since the Protestant Reformation.*

⁸ *This won't work because it takes a government to overthrow a government.*



como polo privilegiado da ação divina na história, enquanto seus inimigos são lidos como obstáculos ao cumprimento do plano de Deus. Qualquer crítica às ações do Estado israelense corre o risco de ser percebida não como avaliação política, jurídica ou humanitária legítima, mas como oposição espiritual. A passagem de Gênesis 12:3, nesse contexto, deixa de funcionar como texto bíblico a ser interpretado e passa a operar como cláusula de imunidade teológica: quem critica Israel arrisca a maldição; quem o apoia garante a bênção.

A teologia da bênção e da maldição, portanto, não produz apenas doutrina. Produz afetos, lealdades e bloqueios morais sistematicamente reproduzidos. O fiel aprende a associar Israel à bênção e seus inimigos ao perigo. Aprende que apoiar Israel é estar ao lado de Deus e que questionar Israel pode atrair consequências espirituais sobre si mesmo e sobre o Brasil. Esse aprendizado torna estruturalmente difícil sustentar uma crítica ética à violência de Estado, porque a crítica é deslocada para o campo da suspeita espiritual. Uma questão política e humanitária é convertida, pela gramática religiosa disponível, em questão de fidelidade a Deus.

É importante reconhecer que o campo evangélico brasileiro não é monolítico. Há evangélicos críticos ao sionismo cristão, teólogos comprometidos com direitos humanos e lideranças que denunciam a violência contra civis palestinos. O objeto deste artigo não é o evangelicalismo em sua totalidade, mas setores específicos nos quais o apoio a Israel aparece teologicamente absolutizado e, como consequência, a morte palestina é moralmente relativizada, silenciada ou justificada. Essa delimitação é necessária para evitar generalizações indevidas e para manter a análise no campo dos discursos e práticas documentáveis.

O que se observa, nesses setores, é a formação de uma economia religiosa do luto. A morte israelense recebe centralidade espiritual e narrativa, enquanto a morte palestina é condicionada por ressalvas automáticas, como “*mas o Hamas*”, “*mas eles começaram*”, “*mas Israel tem direito de se defender*” e “*mas a Bíblia diz*”. Isoladamente, tais expressões podem conter elementos legítimos de discussão política e jurídica, mas, como resposta reflexa ao sofrimento palestino, funcionam como barreiras discursivas contra a compaixão.



3. O caso Renascer/Homens Invencíveis: autoridade militar, masculinidade evangélica e disputa de narrativas

A aproximação entre setores evangélicos brasileiros e Israel não se expressa apenas por meio de doutrinas, símbolos judaizantes ou viagens à Terra Santa. Ela também se materializa em eventos públicos, encontros institucionais e circulação de discursos oficiais em ambientes eclesiásticos. O caso da palestra com o Major Rafael Rozenszajn, divulgada pelo perfil Homens Invencíveis e associada ao Renascer Hall, oferece um documento relevante para observar essa articulação em escala concreta.

Esse tipo de aproximação deve ser situado em um processo mais amplo de construção de uma cultura política pró-Israel no Brasil. Machado e Mariz analisam diferentes iniciativas de atores evangélicos e israelenses que contribuem para a “construção de uma cultura política pró-Israel na sociedade brasileira” (Machado; Mariz, 2023, § 1). As autoras também indicam que o sionismo cristão brasileiro envolve interesses materiais e ideais tanto de lideranças religiosas nacionais quanto de setores empresariais, elites políticas e representantes do moderno Estado de Israel (Machado; Mariz, 2023, § 1). Nessa perspectiva, o evento aqui analisado não aparece como ocorrência isolada, mas como expressão localizada de redes religiosas, políticas, diplomáticas e midiáticas mais amplas.⁹

A publicação no Instagram do perfil Homens Invencíveis, datada de 23 de julho de 2025, convida o público para uma palestra com o Major Rafael Rozenszajn, apresentado na divulgação como “porta-voz do Exército de Israel”, no Renascer Hall, localizado na Rua Dr. Almeida Lima, 1290, na Mooca, em São Paulo (Homens Invencíveis, 2025). O cartaz afirma que o evento teria como tema “Entenda os conflitos no Oriente Médio” e informa entrada gratuita mediante inscrição. A legenda anuncia que o convidado viria para compartilhar uma palavra sobre fé, missão e propósito.

A escolha desse material também se relaciona a uma experiência de observação situada. Durante as férias de julho de 2025, visitei com minha família a sede da Igreja Renascer em Cristo, no Renascer Hall, onde pude observar o anúncio projetado no telão, com a imagem do Major Rafael Rozenszajn, o convite para a palestra do Homens Invencíveis e a chamada para inscrição. A cena condensou uma inquietação anterior sobre

⁹ Daniel G. Hummel situa o sionismo cristão moderno em redes transnacionais de cooperação interreligiosa, mobilização política evangélica e diplomacia pró-Israel, observando também a marginalização frequente dos cristãos palestinos nesse processo (Hummel, 2019, p. 5, 7).



as razões pelas quais parte do evangelicalismo brasileiro acolhe tão rapidamente a narrativa israelense e escuta tão pouco outras dores. Essa observação não é prova autônoma, mas registro empírico situado que orientou a atenção para os materiais públicos examinados.

O vídeo de divulgação publicado no YouTube aprofunda o enquadramento. A chamada apresenta perguntas como “Como está a situação no Oriente Médio?” e “Qual o resultado da guerra Israel-Irã?”, em seguida anunciando que o público saberia “tudo” em uma “super palestra” com o Major Rafael, apresentado como “porta-voz do Exército Israelense” (Igreja Renascer em Cristo, 2025, 0min05s-0min20s). Na transcrição, o próprio convidado afirma ter servido por dezessete anos como promotor militar e assessor jurídico de unidades operacionais, assumindo essa missão em um momento crítico da história recente de Israel (Igreja Renascer em Cristo, 2025, 0min20s-0min38s).

O elemento mais relevante, porém, está na forma como o evento é apresentado como disputa de narrativa. A divulgação afirma que a palestra seria oportunidade para ouvir, de forma direta, como enfrentar “mentiras e narrativas distorcidas” sobre o conflito em Israel e para receber informações essenciais a fim de “desmantelar as mentiras” ditas sobre Israel no Brasil (Igreja Renascer em Cristo, 2025, 0min38s-1min00s). Esse vocabulário é decisivo para a análise crítica do discurso, pois a palestra não aparece apenas como exposição informativa, mas como intervenção em uma guerra de interpretação.

A autoridade militar aparece, nesse contexto, como fonte privilegiada para distinguir verdade e mentira. O espaço eclesialístico, por sua vez, oferece acolhimento simbólico, legitimidade comunitária e linguagem de fé. A referência ao público Homens Invencíveis reforça a dimensão formativa do evento, entendido como convocação a homens evangélicos para ouvir uma interpretação militarizada do conflito, mediada por categorias de missão, propósito e comunhão.

Do ponto de vista da análise crítica do discurso, esse arranjo não é neutro. Fairclough sustenta que o discurso constitui práticas sociais, identidades e relações de poder, não sendo mero reflexo da realidade (Fairclough, 2001, p. 90-92). Aplicando essa perspectiva ao caso, a palestra não apenas transmite informações sobre o Oriente Médio, mas organiza posições de autoridade, definindo quem tem legitimidade para falar, quais



narrativas devem ser recebidas como verdadeiras e quais devem ser combatidas por serem consideradas falsas.

A questão não é impedir que representantes israelenses apresentem sua versão dos fatos, tampouco negar que existam informações falsas ou narrativas distorcidas sobre o conflito. O problema é a recepção dessa narrativa em ambiente religioso sem contraponto equivalente, nos materiais analisados, de vozes palestinas, humanitárias, jurídicas ou cristãs palestinas. Quando uma autoridade militar estrangeira é acolhida em espaço eclesiástico como intérprete privilegiado da guerra, ocorre uma circulação simbólica de legitimidade entre discurso militar e espaço religioso.

Essa circulação tem efeitos sobre a percepção moral da morte. Se a narrativa militar israelense é apresentada como correção das mentiras e se o ambiente religioso a legitima como informação essencial para a comunidade, o sofrimento palestino tende a ser filtrado pela lente da suspeita. Os mortos palestinos deixam de chegar aos fiéis como vítimas civis em primeiro plano; chegam como parte de uma narrativa a ser explicada, defendida ou corrigida diante de acusações contra Israel.

A dimensão masculina do evento também merece atenção. A masculinidade, nesse contexto, não é tratada aqui como essência biológica, mas como construção religiosa e social atravessada por expectativas de proteção, liderança, combate e defesa da comunidade. Sem afirmar que a palestra tenha sido exclusiva para homens, a divulgação se dirige explicitamente ao público do Homens Invencíveis. Isso permite analisar a relação entre masculinidade evangélica¹⁰, militarização e defesa de Israel. Em certas culturas religiosas, o homem de fé é frequentemente convocado a assumir postura guerreira, combativa e protetora. A admiração pelo exército israelense pode funcionar, nesse imaginário, como modelo de disciplina, coragem e missão.

O caso Renascer/Homens Invencíveis deve ser compreendido como documento exemplar de uma gramática mais ampla: a articulação entre fé, masculinidade, geopolítica, autoridade militar e disputa de narrativas. Essa gramática não prova que seus participantes defendam a morte de civis palestinos; mostra, antes, como a interpretação

¹⁰ O uso da expressão *masculinidade evangélica* não pressupõe essência biológica do masculino, mas remete à masculinidade como construção social e religiosa. A formulação dialoga, em sentido amplo, com a compreensão de masculinidades como configurações históricas de práticas sociais (Connell, 2020, p. 71-81).



religiosa do conflito pode ser organizada por uma narrativa militar de defesa, dificultando a emergência de uma sensibilidade crítica diante da morte palestina.

Assim, o evento não deve ser lido apenas como palestra ocasional sobre o Oriente Médio, mas como prática discursiva situada em um campo religioso atravessado por sionismo cristão, autoridade apostólica, masculinidade evangélica e alinhamentos geopolíticos. Sua relevância para este artigo está justamente em revelar como discursos militares podem ser acolhidos em ambientes religiosos não apenas como informação, mas como formação moral da percepção. Nesse processo, o fiel é convidado não somente a entender o conflito, mas a escolher previamente qual narrativa deve ser reconhecida como verdadeira, qual sofrimento deve ser priorizado e qual morte pode permanecer sob suspeita.

4. A banalidade da morte seletiva: Hannah Arendt e o julgamento moral suspenso

A hierarquização religiosa do luto não depende necessariamente de ódio explícito. Muitas vezes, ela se realiza por mecanismos mais discretos: repetição de fórmulas prontas, confiança acrítica em autoridades, adesão a narrativas coletivas, incapacidade de imaginar o sofrimento do outro e deslocamento da responsabilidade moral para uma instância superior. Nesse sentido, Hannah Arendt oferece uma chave interpretativa fundamental, desde que utilizada com rigor metodológico e sem analogias históricas indevidas.

Em *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, Arendt elabora a expressão que dá título ao presente eixo analítico ao cobrir, para a revista *The New Yorker*, o julgamento de Adolf Eichmann em 1961. A força de sua interpretação está em deslocar o problema do mal de uma figura monstruosa para uma figura burocrática, obediente e incapaz de pensamento crítico autônomo. O que ela encontrou não foi o demônio que a expectativa pública imaginava, mas um burocrata medíocre, incapaz de reflexão independente, que executava ordens e cumpria sua função dentro do aparato do Estado nazista. A passagem que se tornou central para a recepção filosófica e política da obra merece ser reproduzida, pois explicita justamente o ponto que interessa a esta análise: a normalidade perturbadora de sujeitos integrados a sistemas de autoridade e violência.



O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que – como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados – esse era um tipo novo de criminoso, efetivamente *hostis generis humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado (Arendt, 2014, p. 299).

O uso de Arendt neste artigo não estabelece equivalência entre o nazismo, o Estado de Israel, o evangelicalismo brasileiro ou o conflito Israel-Palestina. Tal comparação seria imprópria e metodologicamente equivocada, além de historicamente ofensiva. O que interessa aqui é o problema do julgamento moral: como pessoas comuns podem aderir a sistemas de justificação que tornam aceitável aquilo que, fora daquele enquadramento, lhes pareceria impensável. Trata-se de um problema estrutural da condição humana diante de sistemas de poder, sejam eles políticos, burocráticos, religiosos ou simbólicos.

Essa reorganização da consciência torna Arendt relevante para a análise da morte seletiva. Determinados fiéis evangélicos que relativizam a morte palestina não precisam ser descritos como pessoas perversas. Podem ser sujeitos comuns, generosos em seus contextos imediatos, mas inseridos em sistemas simbólicos que lhes ensinam a interpretar determinada violência como defesa legítima, necessidade histórica, profecia bíblica ou guerra espiritual. A morte do outro torna-se tolerável não porque foi examinada criticamente, mas porque foi previamente enquadrada por uma autoridade religiosa dotada de legitimidade sagrada.

Em outro momento decisivo da mesma obra, Arendt observa que, no regime nazista, a inversão moral havia chegado ao ponto de a consciência ser ensinada a ouvir não o mandamento “Não matarás”, mas o seu oposto: “Matarás” (Arendt, 2014, p. 150). Essa formulação importa não por autorizar comparações históricas diretas, mas por mostrar como sistemas de autoridade podem reorganizar a linguagem moral dos sujeitos de forma tão profunda que o próprio senso ético deixa de funcionar como barreira à participação, à adesão ou à indiferença diante de sistemas violentos.

A reflexão de Arendt prepara, assim, o diálogo com a psicologia social da obediência. Se a banalidade do mal revela o perigo de sujeitos que deixam de julgar moralmente seus próprios atos dentro de sistemas de autoridade, os experimentos de



Stanley Milgram ajudam a compreender como a obediência pode deslocar a responsabilidade individual para uma instância percebida como legítima. O interesse deste artigo não está em transpor mecanicamente esses experimentos para o campo religioso, mas em observar como autoridades reconhecidas podem reorganizar a percepção moral dos sujeitos, tornando aceitáveis interpretações que, em outros contextos, talvez fossem eticamente recusadas.

No estudo clássico de Stanley Milgram¹¹, publicado em 1963 no *Journal of Abnormal and Social Psychology*, participantes foram colocados em situação experimental na qual uma autoridade científica os orientava a aplicar punições simuladas a outra pessoa. O objetivo declarado era estudar os efeitos do castigo sobre a aprendizagem. Milgram sintetiza o problema ao afirmar que “a obediência é o mecanismo psicológico que liga a ação individual ao propósito político” (Milgram, 1963, p. 371, tradução nossa)¹². O próprio Milgram (1963, p. 371) registra que 26 dos 40 participantes obedeceram plenamente aos comandos experimentais, chegando ao nível máximo do aparelho simulado, rotulado como “Perigo: Choque Severo”, equivalente a 450 volts. O experimento mostra que a obediência a uma autoridade percebida como legítima pode deslocar a responsabilidade moral de pessoas comuns, sem pressupor sadismo ou perversidade pessoal.

A transposição para o campo religioso exige cautela. Fiéis não estão em laboratório, nem recebem comandos idênticos aos do experimento de Milgram. Contudo, a figura do pastor, apóstolo ou profeta pode ocupar uma posição funcionalmente análoga à autoridade científica descrita por Milgram, na medida em que sua palavra é recebida como legítima, orientadora e, em certos casos, revestida de autoridade espiritual. Quando uma liderança religiosa interpreta Israel como eixo privilegiado do plano divino e seus inimigos como ameaça espiritual, cria-se um contexto em que a resistência moral individual dos fiéis pode ser desencorajada. Questionar deixa de ser apenas discordar de

¹¹ No experimento de Milgram, os participantes acreditavam participar de um estudo sobre aprendizagem e memória. Eram colocados na posição de *professores* e orientados por uma autoridade científica a aplicar choques elétricos simulados a um suposto *aprendiz* sempre que este errasse. O *aprendiz*, porém, era um colaborador do experimento e não recebia choques reais. A relevância do estudo, para este artigo, está em mostrar como pessoas comuns podem deslocar sua responsabilidade moral para uma autoridade percebida como legítima, mesmo diante de sinais de sofrimento do outro (Milgram, 1963, p. 371-378).

¹² *Obedience is the psychological mechanism that links individual action to political purpose.*



uma interpretação política; pode ser percebido como duvidar de uma leitura espiritual autorizada.

No caso analisado neste artigo, a categoria de inimigo é decisiva para o funcionamento desse mecanismo. O palestino pode ser dissolvido em categorias amplas e despersonalizantes: terrorista, árabe, muçulmano, inimigo de Israel, inimigo de Deus, ameaça à paz de Jerusalém. Quando essas categorias se tornam dominantes no discurso religioso, a morte do indivíduo concreto perde densidade moral. Não morre uma criança, uma mãe, um idoso, um cristão palestino ou um muçulmano palestino. Morre alguém localizado no campo simbólico do inimigo, e essa localização já contém, implicitamente, uma justificativa para sua morte.

Arendt lembra que a resistência moral começa com o exercício do pensamento, isto é, com a recusa dos clichês que protegem o sujeito da realidade e com a disposição de assumir responsabilidade diante do sofrimento alheio. No contexto religioso, isso implica uma teologia que recupere sua função profética como consciência crítica do poder, em vez de atuar como sua legitimadora. Implica lideranças dispostas a dizer coisas que desagradam a aliados políticos; implica fiéis dispostos a exercer discernimento mesmo diante de discursos revestidos de autoridade espiritual.

A tradição cristã, nesse ponto, oferece resistência interna à terceirização da consciência moral. O Novo Testamento afirma: “Examinai tudo” (Bíblia, 1 Tessalonicenses 5:21). Essa exortação sustenta teologicamente a necessidade de discernimento crítico: a fé cristã não exige que o fiel abdique do julgamento moral em nome da autoridade religiosa; ao contrário, convoca-o a discernir práticas, poderes e discursos, inclusive os revestidos de autoridade espiritual.

A banalidade da morte seletiva não consiste em transformar fiéis em agentes diretos da violência, mas em formar consciências que já não se escandalizam com certas mortes. Ela ocorre quando o sofrimento do outro precisa vencer as barreiras da doutrina, da ideologia, da autoridade e da identidade para ser reconhecido como sofrimento humano. A morte seletiva torna-se banal quando o luto deixa de nascer da vulnerabilidade da vida e passa a depender da posição que essa vida ocupa numa narrativa religiosa de pertencimento, ameaça e salvação.



5. O Reino de Deus do outro lado do muro: ética de Jesus, cristãos palestinos e morte seletiva

Uma das dimensões mais perturbadoras do fenômeno analisado é que ele ocorre no interior de comunidades que professam seguir Jesus de Nazaré. A contradição, portanto, não é apenas externa, como se a crítica partisse de uma moral secular imposta ao cristianismo. Ela emerge do próprio núcleo da tradição cristã. Se a vida palestina pode ser relativizada por pertencer ao campo simbólico do inimigo de Israel, então a pergunta teológica fundamental é cristológica: que leitura de Jesus permite que o inimigo deixe de ser próximo?

A parábola do Bom Samaritano é paradigmática. Quando um intérprete da lei pergunta a Jesus quem é o seu próximo, Jesus responde com a história de um homem ferido à beira do caminho, ignorado por figuras religiosas e socorrido por um samaritano. A pergunta “Quem é o meu próximo?” (Bíblia, Lucas 10:29) é deslocada por Jesus para outra direção: quem se fez próximo daquele que sofria? O próximo não é definido pela identidade do ferido, mas pela responsabilidade de quem se aproxima. No contexto do conflito Israel-Palestina, essa inversão é decisiva: a compaixão cristã não pode começar pela pergunta “*de qual povo é a vítima?*”, mas pela pergunta “*há uma vida humana vulnerável diante de mim?*”.

O Sermão do Monte radicaliza essa ética. Em Mateus, Jesus afirma: “Amai os vossos inimigos” (Bíblia, Mateus 5:44). A frase é teologicamente incontornável porque impede que a categoria de inimigo se torne autorização para a indiferença. Amar o inimigo não significa concordar com ele, absolver injustiças ou renunciar ao discernimento moral. Significa reconhecer que nem mesmo o inimigo perde sua humanidade diante de Deus. Quando sistemas religiosos transformam a categoria de inimigo em autorização implícita para a indiferença à morte, contradizem frontalmente o ensinamento central de seu fundador.

Essa ética confronta diretamente a morte seletiva. Se a vida humana só se torna plenamente lamentável quando pertence ao povo, à religião, à nação ou à causa que reconhecemos como nossa, então a ética cristã foi substituída por uma ética tribal. A fé cristã pode reconhecer a dor israelense e condenar ataques contra civis israelenses; mas não pode converter esse reconhecimento em indiferença diante do sofrimento palestino. A radicalidade do evangelho não está em escolher qual dor merece ser chorada, mas em



romper a fronteira moral que transforma uma dor em escândalo absoluto e outra em custo inevitável.

A tradição cristã palestina contemporânea insiste nesse ponto com autoridade moral singular. O documento *Kairos Palestine: A Moment of Truth*, elaborado por lideranças cristãs palestinas em 2009, afirma que Deus não é “aliado de um contra o outro, nem oponente de um diante do outro” (Kairos Palestine, 2009, seção 6.1). A afirmação é decisiva: Deus não pode ser transformado em propriedade simbólica de uma nação contra outra. Quando igrejas cristãs fazem isso, desfiguram a universalidade da justiça e da misericórdia.

O teólogo cristão palestino Mitri Raheb contribui para esse deslocamento hermenêutico ao propor uma leitura bíblica a partir de olhos palestinos. Logo no início de *Faith in the Face of Empire*, Raheb afirma: “Jesus era um judeu palestino do Oriente Médio” (Raheb, 2014, p. 1, tradução nossa¹³). Essa frase, aparentemente simples, desestabiliza imaginários cristãos ocidentais que abstraem Jesus de seu chão histórico, geopolítico e colonial. Jesus não foi uma figura religiosa neutra, deslocada da história concreta. Viveu em uma terra atravessada por impérios, ocupações, deslocamentos e disputas de poder, um território que Raheb chama de seu próprio país.

Mais do que propor uma leitura contextual da Bíblia, Raheb nomeia com precisão perturbadora o papel desempenhado pela teologia evangélica ocidental na sustentação do sistema que oprime seu povo, inclusive pelo sionismo cristão que permeia o evangelicalismo brasileiro. A denúncia merece ser lida diretamente, pois o que ela diz não pode ser suavizado na paráfrase:

Não é apenas o fluxo de equipamentos militares e tecnologia avançada que fornece o combustível para manter o poder ocupante; é também o “software” – a cultura, a narrativa e a teologia – que ajuda a sustentar o Estado de Israel. [...] Desde a Segunda Guerra Mundial, fomos informados de que Deus está do outro lado, do lado de Israel. [...] A teologia de Israel faz parte integrante dos sermões dominicais evangélicos e é um tema popular recorrente. De fato, a teologia de Israel é parte de seu poder de mobilização. Os evangélicos podem mostrar um “Deus glorioso”, um Deus vitorioso que se assemelha ao império. [...] Esta teologia de Israel é particularmente ameaçadora porque não é mera teologia, mas também um negócio próspero para líderes evangélicos,

¹³ *Jesus was a Middle Eastern Palestinian Jew.*



muitos dos quais ganham sua reputação e seu sustento defendendo essa mentalidade (Raheb, 2014, p. 24-25, tradução nossa¹⁴).

A passagem de Raheb é decisiva porque nomeia a teologia evangélica pró-Israel como “software” de uma estrutura de poder que envolve equipamentos militares, controle territorial e narrativas culturais. Sua crítica não vem de fora do cristianismo: vem de um pastor cristão palestino que vive em Belém e mostra como determinadas teologias dominicais podem participar da produção simbólica de um sistema no qual certas vidas se tornam prescindíveis.

A invisibilização dos cristãos palestinos é uma das contradições mais profundas do sionismo cristão evangélico. Muitos evangélicos brasileiros oram por Israel, visitam Israel e falam da Terra Santa, mas ignoram comunidades cristãs palestinas historicamente enraizadas naquela terra. Munther Isaac, pastor evangélico palestino e reitor do Bethlehem Bible College, documenta como essa invisibilização exclui vozes palestinas cristãs de conferências, plataformas e publicações cristãs ocidentais (Isaac, 2020, p. 15-35).

Uma hermenêutica cristã responsável precisa distinguir o Israel bíblico, o judaísmo histórico, o povo judeu contemporâneo e o Estado moderno de Israel. Confundir essas dimensões favorece absolutizações perigosas. Criticar ações de um Estado não significa negar a dignidade de um povo. Defender a vida palestina não significa negar a dor judaica. A ética cristã precisa sustentar essas distinções sem cair nem no antissemitismo, nem na islamofobia, nem no nacionalismo religioso de qualquer matiz.

A pergunta “*quem é o próximo?*” torna-se, assim, critério crítico para avaliar a morte seletiva. O próximo é o israelense morto no ataque terrorista, mas também o palestino morto sob os ataques, deslocado, ferido, enlutado ou silenciado. A fé cristã não autoriza escolher uma lágrima contra a outra. Sua radicalidade está em recusar a contabilidade tribal da compaixão e em reconhecer que qualquer teologia que precise

¹⁴ *It is not only the flow of hardware, military equipment, and advanced technology that provides the fuel to maintain the occupying power, but it is also the 'software'— the culture, the narrative, and the theology – that helps to power the state of Israel. [...] it became a dominant reality following World War II. Since then, we have been told that God is on the other side, on Israel's side. [...] Israel theology is part and parcel of evangelical Sunday preaching and a recurrent popular theme. Indeed, Israel theology is part of its mobilizing power. Evangelicals can show a 'Deus gloriosus,' a victorious God who resembles the empire [...]. This Israel theology is particularly menacing because it is not mere theology but is also a thriving business for evangelical leaders, many of whom earn their reputations as well as their bread and butter espousing such a mindset.*



justificar previamente por que uma criança morta merece ser chorada já abandonou o evangelho que professa.

Se a banalidade da morte seletiva nasce da suspensão do julgamento moral, a ética de Jesus convoca exatamente o movimento inverso: ver de novo, julgar de novo, aproximar-se de novo. A teologia do Reino de Deus¹⁵ não permite que o inimigo seja reduzido à categoria abstrata de ameaça. Ela exige que, antes de qualquer pertencimento nacional, religioso ou geopolítico, a vida vulnerável seja reconhecida como vida diante de Deus. É nesse ponto que a morte palestina deixa de ser estatística, justificativa ou dano colateral, e volta a ser aquilo que sempre foi: morte humana, dor humana, luto humano.

Considerações finais

Este artigo investigou alguns mecanismos teóricos, teológicos, políticos e psicossociais que produzem, em determinados segmentos do evangelicalismo brasileiro, uma hierarquização moral das mortes no conflito Israel-Palestina. A análise partiu da constatação de que o ataque do Hamas contra civis israelenses, em 7 de outubro de 2023, recebeu expressivas manifestações de luto, de solidariedade e de indignação em determinados ambientes evangélicos, enquanto a morte palestina, nos meses seguintes, foi frequentemente relativizada, silenciada ou enquadrada como consequência inevitável da guerra.

A hipótese sustentada ao longo do texto foi a de que essa assimetria não decorre apenas de preferência geopolítica, mas de uma moldura teológico-política mais profunda. Tal moldura articula sionismo cristão, Nova Reforma Apostólica, leitura seletiva de textos bíblicos, autoridade pastoral e apostólica, imaginários de guerra espiritual, símbolos judaizantes e aproximações públicas entre lideranças evangélicas e autoridades israelenses. Nesse quadro, Israel tende a aparecer como polo privilegiado da ação divina na história, enquanto a Palestina é muitas vezes deslocada para o campo simbólico da ameaça, da suspeita ou do inimigo.

O caso da palestra com o Major Rafael Rozenszajn, divulgada no âmbito do Homens Invencíveis e realizada em espaço associado à Igreja Renascer em Cristo,

¹⁵ Neste artigo, *teologia do Reino de Deus* designa uma chave hermenêutica autoral centrada no anúncio público de Jesus sobre justiça, reconciliação, misericórdia e restauração da vida. A expressão funciona como critério crítico para avaliar discursos religiosos que hierarquizam luto, compaixão e dignidade humana, em diálogo com Marcos 1:14-15, Mateus 4:23 e Lucas 4:43.



permitiu observar documentalmente a circulação de uma narrativa militar israelense em ambiente religioso evangélico. A análise não afirmou que o evento defende explicitamente a morte de civis palestinos. Mostrou, antes, como determinados discursos podem participar de uma disputa de autoridade e sentido sobre a guerra, na qual uma perspectiva fortemente alinhada ao Estado e ao Exército israelense é acolhida em espaço eclesiástico como fonte privilegiada de informação e interpretação.

A partir de Geertz e Eliade, a análise compreendeu a morte, em contextos religiosos, como acontecimento interpretado por narrativas, ritos e sistemas de sentido. Nessa chave, a morte seletiva revelou-se disputa simbólico-religiosa sobre quais vidas são integradas à memória, à comoção e ao reconhecimento público. Com Butler, argumentou-se que o luto é socialmente enquadrado; com Mbembe, evidenciaram-se estruturas que expõem populações à precariedade, ao abandono e à destruição. Com Arendt e Milgram, a análise avançou para o problema da autoridade e da suspensão do julgamento moral.

No plano teológico, o artigo sustentou que a morte seletiva entra em contradição com a ética de Jesus e com o anúncio do Reino de Deus. A parábola do Bom Samaritano e o mandamento do amor ao inimigo impedem que o valor da vida seja condicionado por etnia, religião, nacionalidade ou pertencimento político. Se o cristianismo afirma que toda vida humana possui dignidade diante de Deus, então a vida palestina não pode ser relativizada por não pertencer ao campo simbólico de Israel. Do mesmo modo, reconhecer a dignidade palestina não implica negar a dor israelense, minimizar ataques contra civis israelenses ou relativizar o terrorismo.

Conclui-se que a morte seletiva não se sustenta apenas em ódio explícito. Ela pode nascer da pedagogia religiosa dos afetos, dos enquadramentos de guerra, da obediência a autoridades, da linguagem da bênção e da maldição e da incapacidade de imaginar o sofrimento do outro como sofrimento plenamente humano. Essa é precisamente sua banalidade: ela não aparece necessariamente como crueldade declarada, mas como normalização religiosa da indiferença.

A presente investigação não mede empiricamente a recepção desses discursos entre fiéis, pois se concentra em materiais públicos e revisão bibliográfica. Pesquisas futuras poderão aprofundar esse caminho por entrevistas ou etnografias, perguntando como fiéis evangélicos recebem narrativas pró-Israel, como cristãos palestinos são



percebidos nessas comunidades e quais recursos teológicos podem reeducar a sensibilidade cristã para uma compaixão sem fronteiras. O problema atravessa a maneira como comunidades religiosas constroem pertencimentos, inimigos, afetos e critérios de dignidade.

Por fim, a pergunta que permanece é também a pergunta do Evangelho do Reino: quem se fez próximo daquele que caiu no caminho? Enquanto essa pergunta não puder ser dirigida também ao palestino ferido, deslocado, morto ou enlutado, parte do evangelicalismo brasileiro continuará diante de uma contradição profundamente cristológica. A questão não é escolher entre Israel e Palestina, mas recusar que a defesa de um povo dependa da desumanização do outro. Trata-se, enfim, de afirmar uma ética teológica do reconhecimento, na qual nenhuma vida humana pode ser excluída da comunidade moral da compaixão, do luto e da dignidade.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BARBOSA JÚNIOR, Antônio de Oliveira. *A Nova Reforma Apostólica: um estudo acerca dos novos discursos e práticas políticas observadas entre os evangélicos no Brasil 1960-2015*. 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2306>. Acesso em: 14 maio 2026.

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALHEIROS, Leticia; ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. A jornada do sionismo: do judaísmo ao evangélico brasileiro. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 22, n. 3, p. 180-204, jul./dez. 2025. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-6151.2025.v22.47653>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/47653>. Acesso em: 11 jun. 2026.

CARPENEDO, Manoela. Christian Zionist religiouscapes in Brazil: understanding Judaizing practices and Zionist inclinations in Brazilian Charismatic Evangelicalism.



Social Compass, v. 68, n. 2, p. 204-217, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.1177/00377686211014843>. Acesso em: 14 maio 2026.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2. ed. Abingdon; New York: Routledge, 2020.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HOMENS INVENCÍVEIS. Palestra com Major Rafael Rozenszajn: entenda os conflitos no Oriente Médio. *Instagram*, 23 jul. 2025. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/DMdL4ZSOGA5/>. Acesso em: 14 maio 2026.

HUMMEL, Daniel G. *Covenant Brothers: Evangelicals, Jews, and U.S.-Israeli Relations*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019. Disponível em:
<https://www.pennpress.org/9780812296242/covenant-brothers/>. Acesso em: 16 maio 2026.

IGREJA RENASCER EM CRISTO. Palestra com o major Rafael Rozenszajn, porta-voz do Exército de Israel. *YouTube*, 2025. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=mGRT-rhXyQk>. Acesso em: 14 maio 2026.

IGREJA RENASCER EM CRISTO. *Igreja Renascer em Cristo completa 40 anos*. São Paulo, 12 mar. 2026. Disponível em: <https://www.renascerecristo.com.br/post/igreja-renascer-em-cristo-completa-40-anos>. Acesso em: 11 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país. *Agência IBGE Notícias*, Rio de Janeiro, 6 jun. 2025. Disponível em:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso em: 14 maio 2026.

ISAAC, Munther. *The Other Side of the Wall: A Palestinian Christian Narrative of Lament and Hope*. Downers Grove: InterVarsity Press, 2020.

KAIROS PALESTINE. *A Moment of Truth: a word of faith, hope and love from the heart of Palestinian suffering*. Bethlehem: Kairos Palestine, 2009. Disponível em:
<https://www.kairospalestine.ps/sites/default/files/English.pdf>. Acesso em: 14 maio 2026.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto; CARRANZA, Brenda. Genealogia do sionismo evangélico no Brasil. *Religião & Sociedade*, Rio de



Janeiro, v. 42, n. 2, p. 225-248, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872022v42n2cap10>. Acesso em: 14 maio 2026.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto. El sionismo cristiano em Brasil em el siglo XXI y los intereses involucrados. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 25, n. 00, e023025, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/csr.v25i00.8673504>. Acesso em: 16 maio 2026.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILGRAM, Stanley. Behavioral study of obedience. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, Washington, v. 67, n. 4, p. 371-378, 1963. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/h0040525>. Acesso em: 14 maio 2026.

RAHEB, Mitri. *Faith in the Face of Empire: The Bible Through Palestinian Eyes*. Maryknoll: Orbis Books, 2014.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). *Reported impact snapshot: Gaza Strip*, 6 May 2026. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2026. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/reported-impact-snapshot-gaza-strip-6-may-2026>. Acesso em: 14 maio 2026.

WAGNER, C. Peter. *Changing Church: How God Is Leading His Church into the Future*. Ventura: Regal Books, 2004.

ZIMMER, Luís Gustavo; CARDOSO ESTEVÃO, Guilherme. Pentecostalismo e o choque de civilizações: o Brasil e a identidade judaico-cristã. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 83-98, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2237-6151.2021.v18.34140>. Acesso em: 11 jun. 2026.